

Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória

Romeu Duarte Junior*

Resumo

O presente trabalho busca elucidar as estratégias desenvolvidas para amenização climática desenvolvidas na arquitetura antiga do Ceará, bem como os meios materiais empregados para tanto. Procurou-se conhecer, descrever e avaliar esse acervo em termos de sua relação com o clima, com foco no sítio histórico de Icó, conformado em sua maioria por edificações do século XVIII, período que demarca o início do processo de efetiva ocupação do território do Estado com a criação das primeiras vilas, bem como por alguns outros imóveis construídos nos séculos XIX e XX, sendo utilizados como referencial apenas aqueles que mantiveram características arquitetônicas e construtivas próprias do setecentos. Tratou-se, assim, de entender como os modelos arquitetônicos e urbanísticos lusitanos adequaram-se ao clima da região e, nesse sentido, de que forma os materiais e técnicas locais foram empregados.

Além da consulta bibliográfica, o trabalho foi realizado a partir da leitura e análise de documentos tais como os termos de assentamento de vilas; o relato de viajantes, em especial o relatório da Comissão Científica de Exploração, presidida pelo botânico Freire Alemão em 1858; as anotações e pesquisas relativas ao tema, elaboradas por estudiosos locais; e a documentação relativa ao tombamento federal do sítio histórico cearense, para que fossem reunidas informações, posteriormente sistematizadas e logicamente encadeadas, que viessem a auxiliar na compreensão do problema.

O estudo, portanto, visa contribuir para o conhecimento de como se elaborou essa despojada e híbrida arquitetura, metade portuguesa e metade autóctone, no momento preciso de sua construção, em latitudes e longitudes semi-áridas.

Palavras-chave: Arquitetura brasileira. Conforto térmico. Técnicas construtivas tradicionais.

Ceará's colonial architecture: environment, project and memory

Abstract

The present work aims at elucidating the strategies developed by early Ceará's architecture to soften harsh weather conditions, as well as the material means used for this purpose. We sought to describe and evaluate this heritage in terms of its relation with weather conditions with focus on the historical site of Icó, which consists mainly of XVIII century buildings dating from the period of effective State territory occupation, with the creation of the first villages. Other constructions built in the XIX and XX centuries were also considered, provided they kept architectonic and building features typical of the XVIII century. In this way, we tried to understand how Lusitanian architectonic and urban models adapted to the regional climate and how local materials and techniques were used.

Key-words: Brazilian architecture. Thermal adequation. Traditional building techniques.

1 Aspectos históricos da criação e implantação das vilas coloniais no Ceará do século XVIII

Traditional is the expression of the culture of a time and place... technology is about the making of things... a high level of technology in the context of one place at one point in time may appear to be a low level of technology in the context of another time or place... I am fascinated by going back to basics. (Norman Foster). (1)

Segundo diversas referências historiográficas já consagradas, um dos modos de formação do espaço territorial cearense foi a progressiva ocupação do sertão por criadores de gado oriundos de outras regiões brasileiras, tais como Pernambuco e Bahia.

Colonizado do sertão para o litoral a partir do início do século XVIII e tendo como base a economia do couro e do charque, o Ceará desenvolve tardiamente a ocupação do seu território, de maneira mais intensa somente após o seu desligamento, em 1799, da capitania de Pernambuco.

Os caminhos traçados pelas boiadas foram fundamentais para a ocupação do Ceará. Desde o início da colonização, o gado, trazido principalmente de

Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, definiu percursos que tinham como destino as ribeiras dos rios, local de implantação dos primeiros povoados.

Os pedidos de terras para pecuária datam do final do século XVII e se referem a áreas localizadas nas imediações do Rio Jaguaribe. As fazendas foram, portanto, os primeiros núcleos de povoamento da capitania, com fixação ao longo dos rios Jaguaribe e Acaraú. Datam dessa época as cidades de Aquiraz, Icó, Aracati, Sobral e Viçosa do Ceará, dentre outras mais antigas. Segundo Castro (1973, p. 11),

[...] a pecuária extensiva, quer dizer, a instalação de uma fazenda de criação, ao contrário de outras atividades econômicas, não pedirá altos investimentos, seja em equipamento seja em escravaria. Em compensação, não concentrará nem gente nem riquezas, fato significativo para a formação urbana e para a produção arquitetônica do Ceará.

Portanto, o caráter rústico e essencial das primeiras construções, mais que um marco característico de época, conformará um traço distinto da arquitetura produzida neste recanto do país.

As três ribeiras em que fora dividida a capitania do Ceará tinham como referência as bacias hidrográficas da região, ganhando o nome do rio principal de cada uma delas. A do Rio Ceará correspondia à área onde estavam situadas as vilas de Fortaleza, então incipiente povoação, e de Aquiraz. A do Rio Jaguaribe abrangia todo o curso deste curso fluvial, localizado ao sul de Aquiraz, e a do Rio Acaracu (Acaraú), a oeste de Fortaleza, correspondia à região de Sobral.

Nas primeiras vilas, construiu-se um padrão ligeiramente modificado da urbanística lusitana, expresso nos seus termos de implantação. O desenvolvimento aproximado e estendido ao longo dos cursos d'água, as "ruas grandes", com seus sobrados e casas térreas, as ruas de serviço e de comércio, os largos das matrizes e das boiadas, e as praças para a catequese dos índios, bem expressam os modelos adotados, tão comuns em Icó, Aracati, Viçosa do Ceará e Aquiraz, porém alterados em Sobral, cujo risco original, de inspiração tardomedieval (CASTRO, 1973, p. 23), se desenvolveu curiosamente sem rupturas a partir da costura de diversas malhas urbanas construídas em momentos diferentes. O emprego da carnaúba e do tijolo

chato de diatomita e anti-térmico, como se verá, evidencia uma rigorosa e econômica apropriação dos materiais locais para a construção dessa arquitetura, “rústica e ecológica, marco das lides civilizatórias dos sertões cearenses” (CASTRO, 1973, p. 3).

Iniciado com Aquiraz, “a primeira localidade cearense a ser erigida em Vila (1713)” (CASTRO, 1973, p. 12), o processo se segue, no alvorecer do século XVIII, com Fortaleza (1726). Posteriormente, são criadas as vilas de Icó (1738) e Aracati (1748), aquela centro coletor e distribuidor dos sertões do médio Jaguaribe, situada às margens do rio Salgado, e esta, porto, por onde escoavam os produtos cearenses, principais pólos econômicos do Ceará à época. São levantadas em 1759 vilas para a catequese e a pacificação dos índios, tais como as de Soure (Caucaia), Arronches (Parangaba), Messejana (estas duas últimas localidades atualmente bairros de Fortaleza) e Viçosa do Ceará e, em 1764, a de Montemor-o-Novo (Baturité). Em seguida, Crato (1764), Sobral, à beira do Rio Acaraú (1773), e Granja (1776). Por fim, São João do Príncipe (Tauá), no sertão dos Inhamuns, e São Bernardo das Águas Russas (Russas), ambas em 1801. Nas palavras de Castro (1983, p. 301, apud DUARTE, 2003, p. 248)

[...] assim, fazendas de criação dispersas nas regiões mais distantes e pequenas vilas espalhadas por meio Ceará formam um quadro em que se desenvolve a isolada vida setecentista cearense. Quanto à disposição espacial das vilas, o modo de implantação mais coerente era a associação da cidade, situada em terreno protegido, a um curso d’água que lhe abastecesse, porém sempre de costas para aquele que a beneficiava.

Por razão de suas relevâncias históricas e artísticas e de suas contribuições para a compreensão do processo de ocupação do território brasileiro, os sítios históricos das cidades de Icó (1997), Sobral (1999), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2003) foram distinguidos com tombamento federal pelo IPHAN. Em especial, no dizer de Ângelo Osvaldo de Araújo Santos, conselheiro responsável pela elaboração do seu parecer de proteção (2),

Icó talvez seja a última dessas vilas reais que balizaram a interiorização do Brasil... Num tempo em que as áreas urbanas são violentadas e velozmente descaracterizadas, Icó soube resguardar a sua atmosfera de encantamento, realizada por primorosas construções

e pela graça do conjunto urbano, numa região em que se cruzam os caminhos sertanejos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco,

motivo que nos leva a estudá-la em detalhe, mais à frente.

2 Arquitetura e urbanismo no Ceará colonial

“Por mais que a desejemos, jamais veremos a neve bater em nossas vidraças.” (Arq. Antônio José Soares Brandão) (3)

As antigas manifestações da produção do espaço arquitetônico e urbanístico no Ceará, desde meados da década de 50 do século passado, têm sido objeto de aprofundada pesquisa por parte do Prof. Arq. José Liberal de Castro, pioneiro da profissão no Estado e fundador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. Com suas turmas de alunos, realizou o levantamento de inúmeros imóveis de interesse em todo o Estado, bem como no Maranhão. Esse acervo, utilizado até hoje não só para abastecer dissertações e teses, sendo por isso considerado inestimável fonte de pesquisa, é também empregado como conhecimento fundamentador de instruções de tombamento em todos os níveis, pela quantidade e qualidade das informações de que é constituído. Condensações desse cabedal, os textos *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará* (Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973), *Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará* (publicado em *História Geral da Arte no Brasil*, vol. 1, organizado por Walter Zanini, São Paulo: Instituto Walther Moreira Sales, 1983) e *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro* (4ª edição, Fortaleza: SR/IPHAN, 2002), sem que se fale de sua pouquíssima divulgada tese de livre docência sobre a arquitetura colonial cearense, entre outros distinguidos trabalhos, são fundamentais para o (re) conhecimento e a compreensão dessas expressões tão raramente enfocadas. Serviremo-nos, portanto, das informações contidas nessas pesquisas para abordar o presente tópico, principalmente por se referirem de modo especial à materialidade e aos processos construtivos da arquitetura cearense do período colonial, a qual reservava, como veremos, cuidados especiais relativos à amenização climática.

No seminal prefácio da primeira obra, informa-se que “não se encontrarão... no Ceará nem as elegantes igrejas paroquiais mineiras, de interiores decorados a rococó, nem os conventos magníficos de Pernambuco ou da Bahia” (CASTRO, 1973, p. 12) pelo fato do fracasso das fazendas e das *charqueadas* no século XVIII, o que não permitiu “que o período imperial herdasse, dos dias coloniais, organizações urbanas de importância maior” (CASTRO, 1973, p. 13). Em grandes linhas, “a arquitetura antiga do Ceará evidenciará um caráter popular, nitidamente utilitário e claramente ecológico, mesmo nas obras administrativas ou religiosas de maior porte” (CASTRO, 1973, p. 3). Assim, a “*mélange*” de códigos interpretativos leigos e eruditos (com prevalência dos primeiros, em razão da distância do Ceará para os principais centros da Colônia), muitas vezes empregando tardiamente alguns elementos decorativos “traduzidos numa visão arcaica ou toscamente interpretados” (CASTRO, 1973, p. 5), a resolução de problemas funcionais e estruturais intimamente ligados à sobrevivência como finalidade principal, e a adaptação e transformação equilibradas do meio natural serão características evidentes das primeiras realizações da arquitetura antiga cearense, expressas na modenatura singela das edificações. Seguindo essa linha de pensamento, o autor afirma que, “é, pois, compreensível admitir-se que, em caso tão especial, não se deva buscar arte nessa arquitetura, mas antes admirá-la como um comóvente testemunho material dos percalços enfrentados na penosa lida civilizatória dos sertões” (CASTRO, 1973, p. 4). Esta polêmica assertiva, geradora de muitos mal-entendidos, tem levado vários técnicos a enxergarem no despojamento e na simplicidade de nossa vetusta arquitetura um sinal de desqualificação ou desvalorização, principalmente quando comparadas às de outras regiões, em especial àquelas que correspondiam aos lugares centrais da Colônia. A nosso ver, a arquitetura antiga cearense se alimenta e se fortalece do que jejua e é na limpeza e economia de suas soluções construtivas, estruturais e de convivência com o clima que reside a sua força e o seu interesse como manifestação racional da técnica e expressão artística. Portanto, retomando o contato com o autor,

[...] sob este ângulo é que necessariamente deve ser compreendida e estudada a arquitetura do Ceará antigo: reduzida ao essencial, condicionada às parcas disponibilidades financeiras e sempre erguida com materiais de construção locais, para cujo emprego se descobriram técnicas imprevistas, caracterizadas pelo uso intensivo da carnaúba, da pedra

solta nos muros dos currais, do entaipamento sobre cercas de faxina, do couro nas dobradiças e na amarração das madeiras, do tijolo branco de diatomita achatado, ... antitérmico. (CASTRO, 1973, p. 4).

Eis aqui, de forma sucinta e explícita, o cerne da formulação arquitetônica e construtiva das edificações cearenses do setecentos: a elaboração de uma arquitetura singela (depois tida como *vernácula*), mestiça, encontrada tanto no sertão quanto no litoral, intimamente relacionada com o meio físico em todos os sentidos, elaborada a partir de curiosas e eficazes improvisações técnicas, “cuja aparência, despojada e máscula, evidencia atavicamente, se não na forma, mas no espírito, as velhas origens ancestrais trazidas de além-mar” (CASTRO, 1973, p. 5). A manutenção desse “*status quo*” tecnológico estendeu-se até o final do século XIX, período em que surgem novas técnicas e materiais importados, empregados principalmente nas construções faustosas de Fortaleza, quando a capital já havia estabelecido sua liderança política, econômica e simbólica sobre os demais centros regionais do Estado. Portanto, predicados mais relevantes só serão percebidos nessa arquitetura de autores anônimos se a analisarmos pela ótica da relação do homem com o meio-ambiente, no processo mesmo de transformação da natureza em cultura numa linha de convívio e familiaridade, principalmente se tomado considerando-se o obstinado esforço coletivo de [quatro] “séculos de domínio de uma natureza tantas vezes dócil e outras tantas inesperadamente hostil” (CASTRO, 1973, p. 5).

Na segunda obra, o autor, ao balizar o período entre os anos de 1750 e 1850 como bastante expressivo do modo primitivo de construção no Ceará, define os programas básicos dessa arquitetura, a saber, “igrejas, casas de câmara e cadeia, casas de morada rurais e urbanas e algumas outras edificações ligadas à vida rural” (CASTRO, 1983, p. 301), realizações essas marcadas por indícios formais barrocos, reelaborados pelas mentes e mãos sertanejas dos *bons, bravos e burros*, no dizer chistoso de João Brígido. Gustavo Barroso (apud NASCIMENTO, 1993) também se reporta ao assunto de forma magistral:

a arte do ciclo do gado é mais humilde, toda a sua arquitetura se faz, pela falta de pedra de obra apropriada, em simples alvenaria, na qual se executa uma ornamentação própria.

Nem escultura, nem cinzeladuras, nem obra de talha, nem ouro, nem lioz, nem mármore, nem azulejos. Os artistas anônimos obtêm com as linhas, na combinação ingênua das curvas e dos ornatos retilíneos, os efeitos decorativos.

Prova disso é a descrição que é feita por CASTRO (1983, p. 302) dos interiores das igrejas coloniais cearenses, as quais, mesmo constituindo-se muitas vezes nos maiores edifícios das vilas, não apresentavam, no mais das vezes, tratamento material correspondente à sua importância simbólica:

os pisos eram em terra batida ou de tijolos, mas em alguns casos os havia de tabuado, recobrimdo campas. Rebocadas e simplesmente caiadas, as paredes internas não conhecem revestimento de talha ou de azulejos. O forro, quando existe, é simples tabuado de saia e camisa, em gamela, às vezes restrito à capela-mor, pintado de liso.

Assim, o que se tem é uma arquitetura de robustas paredes de alvenaria portante, constituída de tijolos de diatomita (4) ou de barro, cozidos nas toscas olarias situadas nas margens dos rios ou de outros corpos d'água, com pouquíssimas aberturas, fechada por uma cobertura em barro e madeira, esta geralmente carnaúba (*copernícia cerífera*), palmeira encontrada nos terrenos alagados. Os materiais que conformam esse arranjo são naturalmente isolantes térmicos, ainda hoje empregados localmente e de forma ecológica para atender aos requisitos do clima semi-árido mediante o princípio da inércia térmica e em substituição à tradicional construção portuguesa em pedra. A simplicidade formal e dos acabamentos, decorrente da disponibilidade de meios, estava também associada à resolução dos problemas relacionados à amenização do clima.

Mas é nas construções residenciais, urbanas e rurais, que essas despojadas diretrizes de projeto e construção se mostram de forma mais clara. Nas fazendas primitivas, destacava-se a “cobertura de quatro águas e paredes de taipa, amarradas por fortes esteios, verdadeiras casas-fortes” (CASTRO, 1983, p. 305), com reduzidas aberturas, grossas vedações, úteis tanto para a segurança dos moradores na rudeza dos sertões, quanto para a retenção do calor diurno para fruição noturna, e altas cobertas, as quais livravam os moradores do contato direto com o desconfortável ar quente interno. Pelas frestas das telhas, por convecção, fazia-se a renovação do ar, conseguindo-se assim a ventilação e a evaporação

causadoras de conforto e bem estar. Com a substituição da taipa pela alvenaria de tijolos, modifica-se a forma atarracada da fazenda para uma outra de perfil urbano em duas águas, mantendo-se, entretanto, o anterior arsenal de dispositivos arquitetônicos para o enfrentamento do clima. Implantadas em glebas ermas e áridas, sem arborização de porte por razões da defesa contra os índios, essas casas tinham interiores com “piso de tijolos (as mais pobres, de terra batida) e o equipamento era reduzido ao mínimo, isto é, mesas, tamboretas e baús, tosco mobiliário em que quase sempre se emprega o couro... De resto, e sempre, as redes” (CASTRO, 1983, p. 305). Ao se entrar na casa, percebia-se toda a sua estrutura arquitetônica: as paredes divisórias nunca chegavam às cobertas, conformando ambientes sem forro, os quais, se não resguardavam totalmente a intimidade dos seus ocupantes, pelo menos permitiam a tiragem do ar quente, reduzindo a temperatura do ambiente interno. As plantas, regulares e reduzidas à essência do programa de necessidades, geralmente se organizavam com uma sala à frente do conjunto de alcovas, comunicada à parte dos fundos, onde se situavam os serviços, por estreito corredor. As aberturas frontais, responsáveis pela admissão da ventilação e sempre guarnecidas por esquadrias cegas em madeira do tipo “*ficha*”, geralmente davam para o nascente, sentido ao qual, no Ceará, está sempre associado a ventilação dominante decorrente tanto dos ventos alísios como das mudanças de pressão relacionadas à continentalidade. A todo custo, como ainda hoje, evitava-se fenestrar a edificação para oeste, orientação esta desfavorável por ser aquela do sol inclemente do meio-dia e da tarde. As redes correspondem ao pragmatismo dessa arquitetura: de algodãozinho ou trançado, expõem o corpo do usuário às trocas de calor por evaporação, realizadas através do tecido e, quando desarmadas, liberam o espaço à circulação da escassa ventilação. No dizer de Castro (1983, p. 306),

[...] com o correr dos tempos, à medida que aumenta a segurança, as janelas se alargam e os telhados começam a descer do alto, em abas, formando alpendres cobertos. Na versão derradeira da casa de fazenda, em que o projeto se realiza de modo pleno, o alpendre atinge o contorno periférico, com soluções formais que variam consoante o tipo de cobertura do núcleo central.

O avarandado constitui-se, assim, em uma solução eficaz de natureza tanto arquitetônica quanto climática, elemento situado entre o interior e o exterior da

edificação e regulador da gradação entre os espaços público e privado e das condições de conforto dos ambientes internos e externos, desenho este que faz essa arquitetura mudar de um aspecto inicial liso, árido e maciço para outro rugoso, sombreado e perfurado. Neste momento, a casa rural se cerca de arborização frondosa, estendendo o ambiente interno e os espaços de convívio com a ampliação das sombras.

A casa urbana, assobradada ou térrea, pouco difere dos modelos nacionais, apresentando o mesmo arranjo em planta e a mesma constituição material da rural, com a complementação de um *puxado* nos fundos para o abrigo dos serviços. Nos exemplos populares, muitas vezes há a supressão do corredor, fazendo com que os aposentos sirvam ao mesmo tempo como área de permanência e de ligação a outros cômodos. No início, as águas pluviais derramam-se pelos beirais em cachorrada, distanciados dos paramentos em alvenaria por madeiramento tosco. Posteriormente, com o emprego arraigado dos tijolos em substituição à taipa de sopapo, os beirais passam a ser constituídos de beira-seveira e cornija de massa. Com a influência do neoclássico, nos meados do século XIX, surgem as platibandas, decoradas ou não, sobrepostas às cornijas, com a queda da água das raras chuvas sendo efetuada pelos “jacarés”, gárgulas em folha-de-flandres ou ferro fundido. Os sobrados, em menor número, “até a primeira metade do século passado [XIX], (...) continuam a mostrar a aparência formal das realizações coloniais, pesados desprovidos de ornatos, com predominância dos cheios sobre os vazios nas fachadas” (CASTRO, 1983, p. 307), após o que começam a exibir algum refinamento e elegância em seus detalhes construtivos, mormente naqueles mais ricos, de que é exemplo o revestimento externo em azulejo estampilhado português ou francês, eficaz tanto como elemento decorativo quanto protetor dos paramentos contra as intempéries, marca, aliás, do sítio histórico de Aracati. Com a posterior extensão da malha urbana, os sobrados, antigos símbolos de posição social destacada, perdem gradativamente esta condição em favor de estabelecimentos residenciais metade urbanos, metade rurais, as “chácaras”, marcos de apropriações mais generosas do lote urbano, havidas no período em todo o território nacional.

Menção especial deve ser feita aos materiais utilizados no processo histórico de construção dessa arquitetura. Como se pode ver, esta, “tão presa às

disponibilidades físicas e econômicas de um meio adverso, raramente ultrapassará o utilitário, dependente que fica, (...), do pouco material disponível e de uma mão-de-obra rara e sem especialização” (CASTRO, 1983, p. 308). Em cristalinos parágrafos, este autor (1983, p. 308) traça a feitura da arquitetura colonial cearense:

[...] conquanto existisse pedra nas serras, tratava-se de granito de fratura difícil e sem mestres canteiros para aparelhar. Assim, por solicitação de segurança, logo apareceu tijolo, empregado a par da rara alvenaria de pedra e da muito comum taipa de sopapo, usual nas casas mais pobres. Tal como em outras regiões brasileiras, a taipa de pilão é desconhecida no Ceará, enquanto o tijolo, além de ser empregado como material de sustentação, tem ampla solicitação como piso. Terra de madeira escassa, sempre que possível empregando o cedro extraído das serras distantes, impõe-se parcimônia nas esquadrias e nos tabuados de piso e de forro... A cobertura, tanto quanto seja possível, é de telhas, enormes peças com seção em V. O madeiramento de sustentação do telhado aparece solucionado de modo tosco, paus roliços servindo de caibros e ripas, extraídos da flora arbustiva e empregados in natura. Às vezes, peças de secção robusta, troncos de aroeira ou de pau d'arco, desbastados a enxó. Com o passar dos tempos, entra em uso a carnaúba, palmeira de porte elegante, encontrada em grande parte do solo cearense.

Ao contrário dos modelos contemporâneos de cobertura da vizinha arquitetura piauiense, nos quais os estipes das carnaúbas eram generosamente usados como suportes das carreiras das telhas,

[...] em princípio, empregam-se os troncos como linhas, mas depois o fuste aparece desdobrado em caibros, muito largos nas primeiras tentativas. Por medida de economia, as ripas são logo eliminadas, nascendo uma solução inconfundível, dos caibros corridos, conhecida popularmente como caibro de junto. A palha da carnaúba e de outras palmeiras tem larga aceitação nas casas mais pobres, como cobertura ou vedação parietal. Tão logo as condições dos moradores o permitem, é substituída total ou parcialmente por tijolos e telhas. (CASTRO, 1983, p. 309).

Vê-se, então, como se deu, sem traumas e de forma sábia, a mudança do padrão construtivo português (no caso específico dos nossos colonizadores, o portuense, baseado na cantaria) por um outro, autóctone e ecológico, utilizado para garantir, de qualquer forma, os fundamentos da sobrevivência em nossa região e a marca política e cultural da dominação lusitana.

Curioso é o resultado da interlocução que se faz dos textos anteriores com o pensamento de Armando de Hollanda, relativo ao mesmo tema, expresso em seu fundamental e injustamente pouco conhecido livro *Roteiro para construir no nordeste: arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados* (Recife: Editora UFPE, 1976). Com esta obra, o autor pernambucano, precocemente falecido, procurou estabelecer paradigmas arquitetônicos para a região que respondessem ecologicamente ao meio físico, partindo da reflexão sobre a produção da arquitetura e da cidade do período colonial no Nordeste e da atemporalidade de algumas de suas soluções, numa perspectiva do desenvolvimento e emprego de uma tecnologia contemporânea e apropriada. Elaborado num momento marcado pelo reconhecimento da diversidade regional da arquitetura brasileira, conceito este embasado pelas peculiaridades culturais e de clima de um país de dimensões continentais e regiões bastante diferenciadas, o trabalho permanece, entretanto, restrito ao conhecimento local, mesmo basilar para o entendimento antropológico do clima.

Hollanda, amparado pelo verso certo e descarnado de João Cabral de Melo Neto, constrói um eneálogo baseado em observações feitas a partir de sua atuação profissional e da arquitetura antiga na região, afirmando que

após a ruptura da tradição luso-brasileira de construir, ocorrida no século passado [XIX] e que trouxe prejuízos para o edifício, enquanto instrumento de amenização dos trópicos, de correção dos seus extremos climáticos, não foi desenvolvido, até hoje, um conjunto de técnicas que permitam projetar e construir tendo em vista o desempenho da edificação. A regra vem sendo a adoção de materiais e de sistemas construtivos – quando não de soluções arquitetônicas completas – desenvolvidos do pensamento arquitetônico estrangeiro,...,sem a indispensável filtragem à vista do ambiente tropical. No Nordeste, esta situação fica mais evidenciada pela forte presença de sua natureza, de sua luz e de seu clima, a que as construções espontâneas são sensíveis, mas que só excepcionalmente participam dos projetos aqui construídos. (HOLLANDA, 1976, p. 8).

Assim, sua proposta deriva de uma base de compreensão cultural e fenomenológica do clima, com ressalvas aos modelos arquitetônicos alienígenas transplantados para a região de forma acrítica, numa análise abrangente da arquitetura como fato político, tecnológico, antropológico e ecológico. No caso, trata-se de uma tentativa

de reconciliação entre a arquitetura e o lugar, este entendido como espaço percebido por uma ampla sinestesia associada à memória, sob uma ótica de recuperação do legado cultural modernista, produção esta, no caso nacional, fortemente ligada à tradição colonial.

Neste passo, Holanda começa por “*criar uma sombra*”, ampla e aberta,

onde a brisa penetre e circule livremente, retirando o calor e a umidade, ensinando que para que a brisa circule é necessário, além da desobstrução do espaço interno, que as aberturas de exaustão sejam maiores, ou pelo menos iguais, às de admissão. (HOLLANDA, 1976, p. 10),

bem como que “os pés direitos baixos, ao reduzir o volume de ar dos ambientes, prejudicam sua eficiência como isolante térmico” (HOLLANDA, 1976, p. 15). Desafia ainda quem possa apontar uma alternativa moderna para a cobertura de telhas cerâmicas que tenha o mesmo desempenho destas em termos de isolamento térmico e circulação do ar, esta última condição possibilitada pelo grande número de juntas entre as peças. Em seguida, recomenda “*recuar as paredes*”, afirmando que “áreas sombreadas e abertas desempenham a função de filtros, de coadores de luz, suavizando suas asperezas e tornando-a repousante, antes de atingir os ambientes internos” (HOLLANDA, 1976, p. 17) e lembrando que “as casas dos antigos engenhos e fazendas brasileiras possuíam esses locais sombreados: varandas corridas em torno do corpo da edificação, ou ao longo da fachada principal” (HOLLANDA, 1976, p. 17), comunicando os espaços internos aos externos. Na seqüência, “*vazar os muros e proteger as janelas*” são atitudes coerentes, em que se ressalta a função amenizadora dos elementos vazados ou “cobogós” e se associa a solução encontrada por Lúcio Costa e sua equipe para a proteção das fachadas do Ministério da Educação e Saúde, ícone do modernismo brasileiro, aos muxarabis que recobrem as sacadas das antigas construções de Olinda. Em “*abrir as portas*”, citando Claude Lévi-Strauss e Allison Smithson, pede que “desenhemos portas externas vazadas, capazes de garantir a necessária privacidade e de admitir ar e luz, bem como portas internas versáteis, que protejam os ambientes e permitam a tiragem do ar” (HOLLANDA, 1976, p. 19). Sugere *continuar os espaços*, fazendo-os livres, contínuos e desafogados, com separação apenas “dos locais onde a

privacidade, ou a atividade neles realizada, estritamente o recomende” (HOLLANDA, 1976, p. 21). Lembrando a manutenção dos “interiores despojados, na bela tradição da casa do Nordeste”, informa que as paredes a meia-altura, “além de contribuírem para a continuidade do espaço, permitem que o ar circule livremente e atravesse a edificação” (HOLLANDA, 1976, p. 23), lamentando ainda que

a ambiência do Nordeste ainda não [tenha sido assumida] pelos arquitetos, sobretudo em relação à cor dos edifícios, que resultam escuros pelos materiais aparentes: esquecem o branco – sempre um encanto contra os verdes escuros da paisagem – os azuis e os verdes, os ocres e os castanhos; esquecem as cores do seu próprio lugar. (HOLLANDA, 1976, p. 24).

Aconselha *construir com pouco*, asseverando que,

sob este aspecto, é interessante comparar a casa de Alcântara, de São Luís, de Olinda ou de Salvador com a que hoje se constrói. Na primeira, claras fachadas em azulejos ou massa, paredes internas a meia-altura de altos pés-direitos, cobertas e forros ventilados, longos beirais, aberturas dosadas... Na segunda, escuros materiais aparentes, paredes e esquadrias desprotegidas, cobertas baixas e seladas, interiores carregados de revestimentos, pisos atapetados, cortinas, móveis, estofados... Enquanto numa tudo concorre para a amenização dos extremos da luz e da temperatura tropicais, a outra parece excelente para quem prefere sentir-se exilado nos trópicos. (HOLLANDA, 1976, p. 26).

Por fim, faz ver que é necessário *conviver com a natureza e construir frondoso* com a seguinte provocação, em que aproxima as realizações do passado ao desenho da nova arquitetura:

livremo-nos dessa dependência cultural em relação aos países mais desenvolvidos, que já retardou em demasia a afirmação de uma arquitetura decididamente à vontade nos trópicos brasileiros... Trabalhem no sentido de uma arquitetura livre e espontânea, que seja uma clara expressão de nossa cultura e revele uma sensível apropriação de nosso espaço: trabalhem no sentido de uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a nele viver integralmente. (HOLLANDA, 1976, p. 28).

Com este trabalho (em alguns momentos, um verdadeiro manifesto por uma arquitetura integrada à cultura regional e nacional), Holanda refere-se à indissociabilidade entre construção e clima numa linha próxima à do regionalismo crítico, movimento que seria discutido e defendido alguns anos depois por críticos do porte de Kenneth Frampton e Marina Waisman, para muitos um desdobramento, na área da arquitetura, das reflexões de Jürgen Habermas sobre a continuidade do projeto moderno e a razão comunicativa. Castro, assim como outros estudiosos da arquitetura nordestina, mesmo sem a preocupação de constituírem um grupo, tem igualmente refletido sobre o tema, talvez por razão de sua extração intelectual e filiação à escola modernista, ponderando da mesma forma, em textos e palestras mais recentes, sobre as essências atemporais da arquitetura do semi-árido, lições que, vale dizer, ainda não foram suficientemente compreendidas pelos arquitetos contemporâneos...

Confrontadas com o texto de Holanda, as razões e características da arquitetura cearense do período colonial explanadas por Castro, no que concerne à sua implantação urbana, materiais e processo construtivo, desenho, detalhes e uso, dentre outros aspectos, são por aquele plenamente corroboradas, em maior ou menor escala, como soluções construídas derivadas de estratégias de amenização climática, resultado da mudança que o colonizador realizou em seu modo tradicional de produção do espaço para se adaptar à região, dela extraindo parcimoniosamente os meios para a construção dessa arquitetura, realizada sob risco português, feita com material da terra e levantada pelo braço escravo.

3 Meio ambiente, memória e projeto: análise arquitetônica e urbanística do sítio histórico de Icó à luz da amenização climática

“O Ceará tem quatro climas: seca, quentura, calor e mormaço”.

Didi Mocó, por RENATO ARAGÃO, humorista cearense.

A cidade de Icó situa-se na Mesoregião Centro-Sul e na Microregião de Iguatu a uma altitude de 155 m do nível do mar e a 375 km de Fortaleza pela BR-116. Tem como coordenadas a latitude de 6°24' e a longitude de 38°52', e uma pluviometria média anual de 8.322,8 mm. Quanto ao clima, convém antes explicar uma

particularidade: o Nordeste e o Ceará estão situados astronomicamente na zona climática equatorial. Deveríamos, portanto, possuir um clima equatorial superúmido ou úmido, semelhante ao da Amazônia, do Congo ou da Indonésia, o que não ocorre. Segundo Botelho (1996, p. 147),

[...] o Nordeste brasileiro (Ceará) é a única região equatorial do planeta de característica semi-árida, constituindo-se destarte uma anomalia na climatologia mundial... O Ceará tem duas estações: a seca e a chuvosa, sendo assim, meteorologicamente, uma área tropical e não equatorial, conflitando, portanto, com sua zonalidade equatorial. Aqui existe conflito violento entre clima e meteorologia, apresentando uma má distribuição das chuvas.

A semiaridez do Ceará se torna mais complexa pelo fato do sertão ter um contato direto com o litoral e por não dispormos de zona da mata ou de agreste. Segundo o mesmo autor,

o Ceará é uma das regiões do planeta de maior insolação; por isso, a evaporação e a evapotranspiração são aqui das mais elevadas da Terra, o que, juntamente com a má distribuição da chuva no tempo e no espaço, justifica o fenômeno das secas. (BOTELHO, 1996, p.148)

Com diferença acentuada do clima da capital, este marcado pelo maior grau higrométrico e pela ventilação constante possibilitados pela presença do mar, o clima de Icó caracteriza-se como quente, com chuvas registrando-se no período de fevereiro a abril. Fortemente influenciado pela continentalidade, apresenta uma amplitude térmica máxima de aproximadamente 13°C, com temperaturas máximas na faixa de 36°C de outubro a janeiro. Tem-se então dias quentes com fraca ventilação e noites frescas, sempre marcadas pela passagem do “Aracati” (aragem cheirosa ou tempo bom, em tupi-guarani), o que ressalta a sua condição de clima desértico (5). O Rio Salgado, como corpo d’água de volume considerável e por sua proximidade, atua como mediador climático quanto à higrometria aérea da cidade, ação esta dependente das massas de ar e não da ventilação. (Figura 1)

Tendo o seu núcleo inicial na Igreja Matriz de N. Sra. da Expectação (Figura 2), a cidade foi-se construindo paralelamente ao rio Salgado, um dos afluentes do Rio Jaguaribe, numa matriz pombalina com seus elementos urbanísticos característicos:

a rua Grande (atual Ilídio Sampaio), com seus sobrados e casas térreas, os melhores exemplares residenciais da cidade. Em particular, os sobrados (Figura 3) são destacados como eminentes realizações arquitetônicas por Castro (1983, p. 307):

No Icó, conseguem adquirir padrões próprios e quase padronizados, tanto nas soluções em planta como nas esquadrias. A nível do segundo pavimento, mostram um alpendre descoberto, anexo à sala de jantar, articulado com uma saleta aberta em arco, que faz a ligação daquela peça com a cozinha. O piso do alpendre é de tijolos assentados sobre vigamento compacto de carnaúbas,

a rua de serviço (Figura 4) (atual rua General Piragibe ou rua do Meio, como é mais conhecida), de singelas casas térreas, para a qual “muitos sobrados têm a parte posterior voltada..., onde se levantam compartimentos de serviços cujas fachadas são valorizadas com o envazamento de uma larga porta de acesso” (CASTRO, 1983, p. 307); o largo (Figura 5), dito do Theberge, talvez o maior espaço público do Ceará colonial em extensão, onde no passado se agrupavam as boiadas, demarcado pelos principais edifícios da cidade; a área comercial, com o antigo mercado, originalmente arranjado com pátio central e avarandado interno, característica tipológica dos velhos entrepostos comerciais cearenses; os núcleos de povoamento, tais como os das Igrejas de N. Sra. do Rosário e de N. Sra. da Conceição do Monte, vetores de expansão urbana; e a disposição da cidade, de costas para o rio, ribeira ainda hoje desprezada, como se o Salgado fosse a antiga cloaca colonial...

Fazendo um passeio pela cidade, iniciamos pela rua Ilídio Sampaio, onde deparamos com os seus lados noroeste e sudeste ocupados por construções de até quatro pavimentos, coladas umas às outras, ocupando os limites dos lotes e das quadras. Este arranjo decorre da Resolução Provincial Nº 533, de 18 de dezembro de 1850, relativa a posturas para a cidade e mantenedora do perfil colonial, a qual recomendava “alinhar e perfilar todos os edifícios, casas e muros e regular suas frentes”, o que resultou em um arranjo urbanístico compacto. Edificações pesadas, de construção robusta em alvenaria de tijolos de barro com predomínio dos cheios sobre os vazios, estes sempre guarnecidos por esquadrias cegas e de cores claras. De grande interesse é o jogo de telhados em barro, os mais inclinados da arquitetura

antiga cearense, o que faz com que mesmo nas casas térreas se tenha uma altura de cumeeira de quase dez metros. A norma urbanística anteriormente citada estabeleceu padrões de uso e ocupação bastante rigorosos, nos quais se fazia até o dimensionamento e a quantificação do número de aberturas dos edifícios, bem como a determinação de gabaritos e do tamanho dos lotes e o arranjo e a solução de coberta dos edifícios de esquina, dentre outros itens, com destaque para as figuras do “arruador” e do “cordoador”, organizadores da demarcação do espaço urbano. As casas, como vimos, repetem padrões residenciais nacionais, típicos do século XVIII:

as salas de frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando a abertura dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduz da porta da rua aos fundos. (REIS FILHO, 1973, p. 24).

No caso icoense, o espaço do quintal, local tratado com pavimentação permeável e ocupado com o plantio de ervas medicinais, era parcialmente ocupado pelos prolongamentos dos serviços, os quais, em muitos exemplares, compunham uma espécie de pátio interno da casa. O que se tem, então, são construções compostas por tijolos, pisos e telhas em cerâmica, bem como por peças complementares de piso e coberta em madeira, geralmente carnaúba, materiais estes reconhecidos por seus papéis como isolantes térmicos. O número reduzido de aberturas e as grossas paredes estruturais e de vedação, por retardarem as trocas de calor entre o exterior e o interior e favorecerem a inércia térmica, assemelham-se às soluções desenvolvidas pelos povos dos desertos para a construção de suas moradas. Os altos pés-direitos, a ausência de forros nos ambientes e os extensos telhados com suas inúmeras frestas favorecem a tiragem do ar quente, facilitada ainda pelas aberturas da frente e dos fundos, possibilitadoras da transfixiação dos prédios pela ventilação. Em particular, encontramos notável solução no sobrado de nº 2076 (Figura 6), cuja camarinha desempenha funções de elemento exaustor através da circulação de ar pela escada. Nas palavras de Castro (1973, p. 23), “em raríssimas ocorrências figuram mirantes, cuja função nas cidades sertanejas devia estar ligada à climatização da casa, por efeito de convecção”. A compacidade das quadras

resulta na diminuição de fachadas expostas à insolação, sem que se fale do emprego de cores claras, mais refletoras que absorventes da radiação solar. A aridez e a ausência de arborização, ainda hoje existentes, são compensadas pelo sombreamento resultante do próprio desenho da via na cidade, com seus lados da sombra (sudeste) e do sol (noroeste), aquele beneficiando-se pela admissão direta da ventilação nos cômodos de permanência prolongada da família. É perfeitamente sensível, num dia de calor intenso, o rebaixamento da temperatura experimentado no interior dessas edificações com relação ao exterior, propiciado pela conjugação de todos esses fatores. Se, no dizer de Gonçalves (2000, p. 49), “conforto é o mínimo de esforço fisiológico para se sentir bem”, esta condição é plenamente atingida em Icó através dos artifícios citados. Vale aqui ressaltar o que diz Bittencourt (1988, p. 14):

Nos climas quentes e secos, as temperaturas atingem valores altos durante o dia e caem significativamente durante a noite. As edificações dotadas de pátios, paredes espessas, com poucas aberturas e pintadas de branco demonstram uma forma exemplar de controle do sol em climas deste tipo. Da mesma forma as aglomerações urbanas, quase que um amontoado de construções com circulações estreitas e muitas vezes sombreadas, expressam a preocupação de reduzir a exposição das paredes das edificações aos raios solares durante o dia, e reduzir as perdas, para a abóbada celeste, do calor acumulado no período diurno.

Não podemos esquecer que o processo civilizatório ocorrido na península ibérica recebeu grande contribuição dos árabes, o que se mostra claramente nas realizações antigas das arquiteturas portuguesa e espanhola, cujas soluções e detalhes foram transmitidas às desenvolvidas nas colônias.

Também nas travessas estreitas que cortam as longas ruas paralelas ao Rio Salgado, vemos a força dos imperativos climáticos como definidores da ocupação. Como as quadras são desenhadas para terem suas edificações trespessadas pela ventilação, as travessas são caudais por onde o vento escoar e uma edificação aí instalada terá grandes dificuldades de aproveitá-lo pelo posicionamento das aberturas, paralelas à sua passagem. Outra questão a ser levantada é a insalubridade de tal posicionamento devido ao aproveitamento higiênico da radiação solar, pelo fato das fachadas nordeste e sudoeste receberem seis meses de sol e

seis meses de sombra. Essa condição desfavorável deve ser a causa da depreciação associada à expressão, no Ceará, “morar em casa de travessa”, que significa habitar em moradia precária e insalubre.

A rua de serviço é composta por edificações térreas de grupos sociais pobres e pelos fundos das edificações faustosas da Rua Grande. Sua denominação prende-se aos acessos traseiros, por onde se fazia a manutenção das casas senhoriais, contrários à prestigiada entrada frontal da via principal. Igualmente árida, reflexo das antigas determinações de uso e ocupação do solo, sua pavimentação original, assim como as das demais ruas, era em terra batida, hoje mudada para pedra tosca. As pequenas casas repetem em sua escala particular os arranjos e soluções construtivas e de amenização climática dos exemplares nobres, inclusive a arborização dos quintais. Em sua extremidade nordeste surge a Igreja de N. Sra. do Rosário com o seu largo, área de piso aberta e orlada com arbustos. Das igrejas tombadas de Icó, esta é a que apresenta a melhor resolução climática, expressa em seus altos pés-direitos, no posicionamento de suas janelas laterais possibilitando a passagem do vento, e na robustez da caixa mural (Figura 7).

Adiante, o Largo do Theberge se abre balizado pelas mais relevantes edificações da cidade, tais como a Igreja Matriz de N. Sra. da Expectação, a Casa de Câmara e Cadeia, o Teatro da Ribeira, o Sobrado do Barão do Crato, a Igreja de N. Sr. do Bonfim, o Sobrado Paroquial e o Sobrado do Canela Preta. Anteriormente um imenso terreiro, lugar de ajuntamento das boiadas por sua proximidade com o Rio Salgado, é o principal espaço público da cidade onde, à noitinha, os icoenses, do lado de fora de suas casas, vêm tomar a fresca, ou como lá se diz, *esperar o Aracati passar*. As edificações citadas repetem as mesmas soluções antes vistas, com destaque para a Casa de Câmara e Cadeia (Figura 8), por seu arranjo com pátio central, sombreado pelo alto volume postado a noroeste, anteriormente ocupado por edis e detentos; o Teatro da Ribeira (Figura 9), o mais antigo do Ceará (1856), pelos mesmos predicados da Igreja de N. Sra. do Rosário; e o Sobrado Paroquial (Figura 10), outro distinto exemplar residencial, o qual apresenta a mesma solução de exaustão de ar quente empregada no sobrado de nº 2076 à rua Ilídio Sampaio. Carente de obras de restauro, a Igreja de N. Sr. do Bonfim tem as suas naves principal e laterais cobertas com laje de concreto e telha em fibrocimento, sem

ventilação ou renovação do ar do colchão interno. Com ventilação desfavorável devido ao seu posicionamento na quadra e sem oferecer condições para o escape do ar quente, o imóvel apresenta o mais baixo grau de conforto ambiental registrado entre os edifícios destacados da cidade.

Pela rua Dr. José Bastos, a mais arborizada de Icó e testemunho de um período mais recente e generoso de urbanização, chega-se à Igreja de N. Sra. da Conceição do Monte, implantada sobre uma colina. Exemplar único do rococó no Estado, do seu patamar tem-se uma vista privilegiada do sítio histórico com suas torres e seus telhados inclinados. No final do trajeto, o Mercado Público, de planta quadrada, nos surpreende com o seu pátio avarandado, suas lojas de acesso duplo e suas entradas centrais, abertas em cada fachada. Transição entre o exterior e o interior, se na fazenda, como vimos, a varanda servia como extensão do espaço doméstico, no entreposto opera como área de circulação e permanência sombreada e protegida das intempéries, em ambos os casos regida pelos imperativos da amenização climática.

Portanto, mesmo um tanto descaracterizada porque tombada tardiamente e maltratada por administrações municipais destituídas de qualquer compromisso com a sua preservação, Icó chegou aos nossos dias como um dos marcos mais eloquentes da colonização e da ocupação do território brasileiro, em especial pelo que significou em termos de (re) formulação tecnológica e de transformação da natureza em artefato, conjugadas para tornar possível a vida do homem em sintonia com o novo mundo recém-descoberto. É este precisamente o ponto de contato entre a preservação do patrimônio cultural e natural e a arquitetura e o urbanismo bioclimáticos: a sustentabilidade do estabelecimento humano e a sua relação com o mundo à sua volta, a perpetuação das gerações, que tanto tem a ver com a transmissão genética e de valores culturais quanto com o equilíbrio ambiental, tão bem expressa no relatório da Comissão Bruntland (1987): “o desenvolvimento sustentável contempla as necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das gerações futuras em resolver as suas”. Ou como diz melhor o poeta T. S. Eliot, em um dos seus Quatro Quartetos (1981, p. 116): “o tempo presente e o tempo passado/ estão ambos talvez presentes no tempo futuro/ e o tempo futuro contido no tempo passado”.

4 Conclusão

"Make it new"

Confúcio, por Ezra Pound (6)

Abordou-se a adaptação do modo português de construir à realidade do semi-árido cearense segundo um recorte temporal que diz respeito, em boa medida, ao período colonial e segundo uma visão que privilegiou o clima, as exigências humanas e funcionais, a insolação dos edifícios, a ventilação natural e o desempenho térmico dos materiais, componentes e espaços construídos, dentre outros pontos ligados ao conforto ambiental em sua relação com a preservação da memória edificada. Analisou-se a cidade de Icó e sua arquitetura, tomando como base os seus partidos e diretrizes gerais, tipologias arquitetônicas, morfologia urbana, tecnologias construtivas, as relações estabelecidas entre o interior e o exterior e os cheios e vazios dos edifícios, sua implantação e orientação e as associações funcionais e espaciais entre as diferentes atividades e ambientes. Vimos quão importante é, nesta formulação, sombrear, refletir a radiação solar, ventilar, construir de forma compacta e, acima de tudo, evitar ao máximo o contato com o ar quente, para que seja conseguida, nas palavras de Gonçalves (2003, p. 49), “uma síntese entre os estímulos físicos propiciados pelo meio ambiente, a construção e o usuário, objetivando atender suas exigências humanas e funcionais”. Neste clima quente e seco, de dias quentes e noites frias, não há razão para se construir edifícios isolados e sim massas térmicas inerciais voltadas à garantia do conforto diurno e noturno, casas conjugadas com redução em área dos paramentos insolados, em que se observa o embate entre o tipo e a solução arquitetônica vernácula.

O conjunto dessas estratégias configura um ainda útil arsenal de dispositivos para amenização climática, o qual carece de estudo aprofundado e sistematizado a ser necessariamente produzido pelas universidades e demais instituições de pesquisa.

Talvez por vivermos em um lugar cujas condições meteorológicas sejam mais ou menos fixas, sem maior variação, ensinaram-nos a fazer arquitetura abrindo para o nascente, protegendo a edificação com amplos beirais da chuva de leste e do sol de oeste e favorecendo a ventilação cruzada. Esse método de trabalho, repetido

automaticamente, acabou restrito à edificação e não ao ambiente global, o que faz com que muitas vezes, no mesmo projeto, encontremos soluções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas contraditórias ou que não se complementam. Isto talvez esteja associado à fragmentação da forma como ainda se elabora o projeto de arquitetura, uma falsa sinédoque, em que a parte deveria prefigurar o todo, mas, infelizmente, acaba por traí-lo.

Arautos de uma modernidade de empréstimo, valemo-nos no mais das vezes das vogas arquitetônicas para expressar os programas de necessidades que nos são confiados, utilizando materiais e soluções impróprias ao clima e, por conseguinte, produzindo uma arquitetura alienada com relação ao lugar e à sua cultura. Algumas tentativas se fazem no sentido inverso, para além da rusticidade e do exotismo, mas insuficientes em número e atitude para configurar uma escola local, num ambiente ainda arredo quanto à discussão das questões ligadas ao edifício e à cidade. Muito além de um mero tratamento temático, como pensam alguns, a realização de uma arquitetura regional, ao mesmo tempo ligada aos imperativos do lugar em que se implanta, ligada ao restante do mundo e confeccionada com materiais e tecnologias contemporâneas, respondendo às necessidades hodiernas porém filiada ancestralmente a uma cultura do “habitat”, necessariamente em evolução como todo processo identitário, expressão local da continuidade de um determinado processo civilizatório, permanece no horizonte como constante desafio, patrimônio material e imaterial que mistura o passado, o presente e o futuro em sua formulação. Em nosso caso, isto significa estudar evolutiva e rigorosamente as soluções da arquitetura e do urbanismo coloniais, dentre elas aquelas referentes à amenização climática, com o objetivo de atingir a essência dos problemas e estabelecer um fio condutor, um nexu, entre as produções das diversas épocas, recuperando e atualizando a contribuição do legado arquitetônico e urbanístico do período colonial, sem historicismos estéreis e descabidos.

Há pouco, Icó foi objeto de obras de restauro executadas pelo Programa Monumenta, com a participação do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Alguns imóveis permaneceram com seus usos e outros foram ocupados por novas atividades, num esforço para associar a preservação do patrimônio edificado ao desenvolvimento sócio-econômico.

Acompanhando as obras, constatamos o apuro com que aquelas antigas edificações foram construídas e, com pesar, a perda deste conhecimento por parte dos atuais técnicos, eruditos e braçais, muitas vezes mal dominando os rudimentos da construção convencional. Quantas vezes, em meio à azáfama das obras, o calor intenso fez com que procurássemos nos refrescar à sombra filtrada das árvores ou à geométrica dos prédios, quando não no interior das construções. Este, precisamente, o momento da compreensão e do reconhecimento da pertinência dessa arquitetura. Apreensão tátil, memória da pele.

Nas vielas e ruas com seus paramentos fenestrados, no largo imenso e ensolarado, entre os oitões e as torres, no pátio do comércio, em todo canto a marca de uma cultura de dominação, a qual, para se fazer saber, teve que se render ao lugar.

Imagens



FIGURA 1 - Mapa da cidade de Icó (com as poligonais de tombamento e entorno do sítio histórico; fonte: Acervo 4ª SR/IPHAN), com a indicação do quadrante referente à ventilação dominante.



FIGURA 2 - Igreja da N.Sra. da Expectação. Fonte: Acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.



FIGURA 3 - Sobrados. Fonte: Acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.



FIGURA 4 - Rua Gen. Piragibe ("rua de serviço"). Fonte: Acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.



FIGURA 5 - Largo do Theberge. Fonte: Acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia a cerca de 1930.

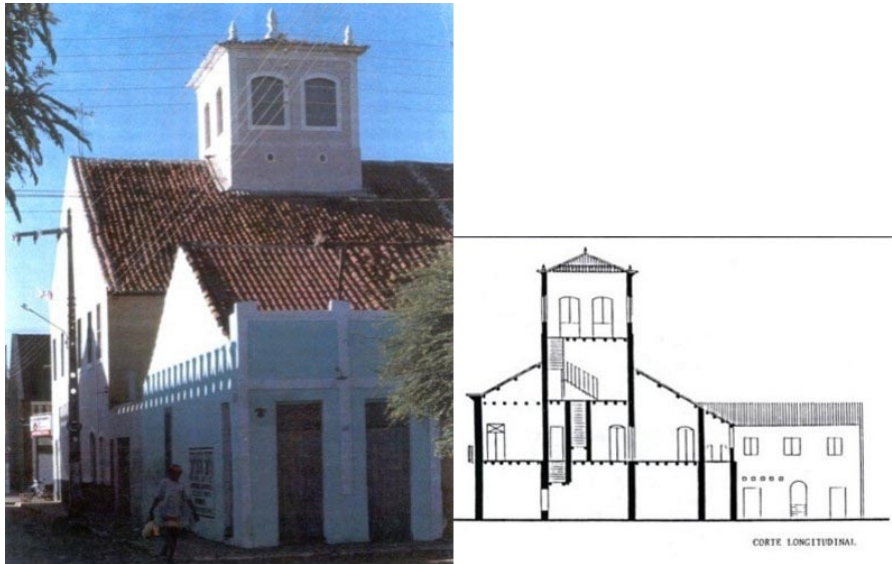


FIGURA 6 - Sobrado nº2076. Fonte: Desenho e imagem do acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.



FIGURA 7 - Igreja N.Sra. do Rosário. Fonte: Acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.

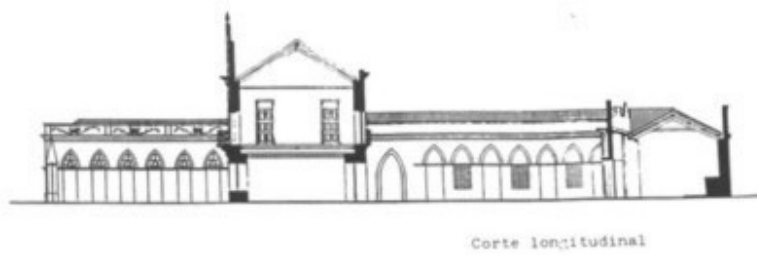


FIGURA 8 – Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Desenho e imagem do acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.



FIGURA 9 – Teatro da Ribeira. Fonte: Acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.

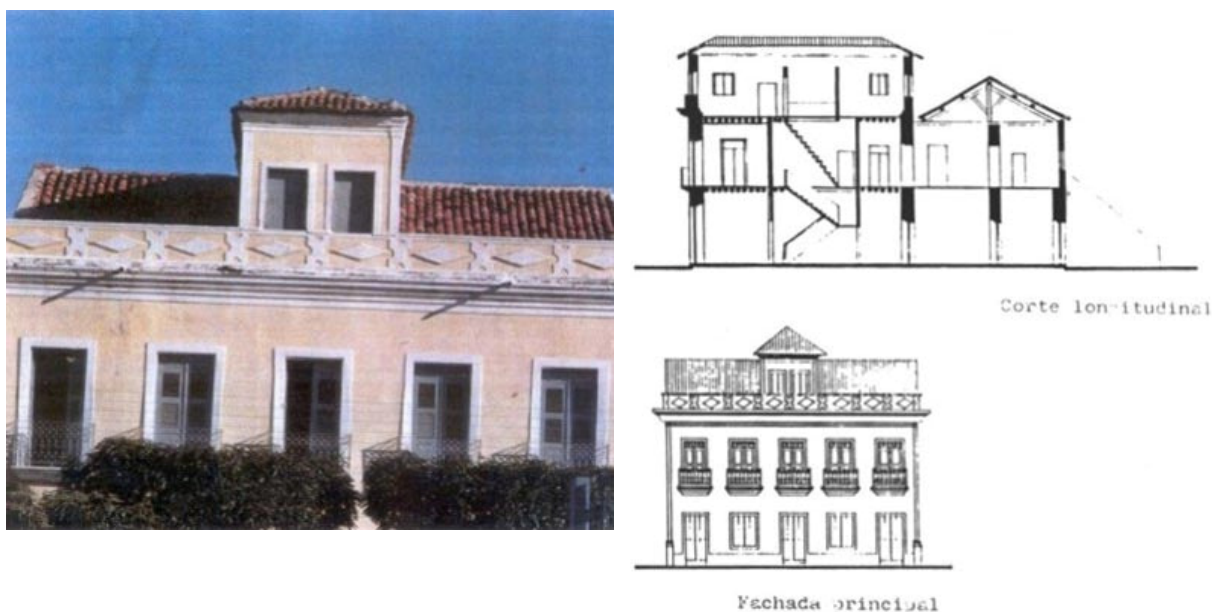


FIGURA 10 – Sobrado Paroquial. Fonte: Desenhos e imagem do acervo 4ª.SR/IPHAN. Fotografia Maurício Albano.

Notas

(1) A epígrafe do capítulo, um pequeno texto do arquiteto inglês Sir Norman Foster, foi retirada de uma nota de aula de disciplina de pós-graduação da FAUUSP, ministrada pelos professores Denise Duarte, Joana Carla Gonçalves e Marcelo Romero.

(2) O texto do Prof. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, então membro do Conselho Consultivo do IPHAN, consta do seu parecer relativo ao tombamento federal do sítio histórico de Icó, redigido em 1997.

(3) A epígrafe do capítulo foi pronunciada pelo arquiteto piauiense, radicado no Ceará, Antônio José Soares Brandão, em uma palestra por ele ministrada em 1983.

(4) A diatomita é uma rocha sedimentar rica em microorganismos – as diatomáceas – cuja constituição física é caracterizada por muitos vazios, que são preenchidos com ar. Hoje, sua utilização é proibida por legislação ambiental, precisamente devido à presença de matéria orgânica. Assim, os “tijolos” de diatomita são, na verdade, lajes de pedra, que, tanto quanto os tijolos de barro, constituem grossas paredes, que retêm durante o dia a radiação produzida pela forte insolação, liberando-a aos interiores das edificações apenas à noite, quando é benfazeja e desejada, dado o clima semi-árido da cidade, dotado de elevada amplitude térmica.

(5) No conjunto urbano de Icó, as edificações têm as suas aberturas (portas e janelas) majoritariamente voltadas para o nascente, visto tratar-se, em termos de ventilação natural, da orientação mais favorável à captação desta. Esse quadrante (leste/sudeste) é o mesmo de onde provém o vento Aracati, branda aragem que refresca as noites do sertão cearense.

(6) O trecho citado na epígrafe encontra-se na obra de CAMPOS, Augusto de. *Poesia - Ezra Pound*. Brasília: Hucitec, 1981, p. 58.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

BITTENCOURT, Leonardo. *Uso das cartas solares*. Maceió: Edições UFAL, 1997.

BOTELHO, Caio Lóssio. Semi-árido excepcional. In: *Anuário do Ceará 1996/1997*. Fortaleza: Empresa Jornalística O Povo e Anuário do Ceará Publicações, 1997.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1962.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. ed. fac-sim. (1859). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CAMPELO, Glauco de Oliveira. *O brilho da simplicidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

CAMPOS, Augusto de. *Poesia - Ezra Pound*. Brasília: Hucitec, 1981.

CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará. In: *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

_____. *Pequena informação relativa à arquitetura antiga do Ceará*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

_____. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro*. Fortaleza: IPHAN/UFC, 2001.

COSTA, Ennio Cruz da. *Física aplicada à construção: conforto térmico*. São Paulo, Edgar Blücher, 1981.

DANZ, Ernst. *La arquitectura y el sol*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1967.

DE DECCA, Edgar S. Memória e cidadania. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, 1992.

DUARTE, Romeu. O Ceará e o patrimônio cultural. In: *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.

_____. Ceará no século XVIII: Icó, Aracati e Sobral. *Revista Oceanos*. A construção do Brasil urbano, Lisboa: Comissão Oficial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 41, 2000.

_____. *Novas abordagens do tombamento federal de sítios históricos – política, gestão e transformação: a experiência cearense*. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, São Paulo, 2005.

ELIOT, T.S. *Poesia*. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FONSECA, Marçal Ribeiro da. *Desenho solar*. Salvador: Projeto Editores Associados, 1982.

FRY, Maxwell. *Tropical architecture in the dry and humid zones*. London: Batsford Limited London, 1964.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Recife: UFPE, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLLANDA, Armando de. *Roteiro para construir no nordeste*. Recife: UFPE, 1976.

IZARD, Jean Louis. *Arquitetura bioclimática*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1980.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. A economia pastoril e as vilas coloniais do Ceará. *Revista Ciências Sociais*, Fortaleza, p. 75-106, 1981/1982.

OLGYAY, Victor. *Design with climate: bioclimatic approach to architectural regionalism*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1992.

NASCIMENTO, José Clewton do. *Desenvolvimento urbano, política cultural e preservação do patrimônio histórico-arquitetônico: uma proposta para Icó*, 1993. Trabalho de Graduação-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

NEVES, Nelson Serra e. (Org.). *Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Panorama da Arquitetura Cearense*. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

PAIVA, Olga Gomes de. *Icó, patrimônio de todos: roteiro para preservação do patrimônio cultural*. Fortaleza: IPHAN/4ªSR, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará 1996/1997*. Fortaleza: Empresa Jornalística O Povo e Anuário do Ceará Publicações, 1997.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *Esboço fisiográfico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1962.

STUDART, Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. ed. fac-sim. (1859). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

STUDART FILHO, Carlos. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

TEÓFILO, Rodolfo Marcos. *A história da seca do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1953.

Crédito

*Arquiteto e Urbanista. Mestre (2005) e doutorando em Arquitetura pela FAUUSP. Professor de Projeto Arquitetônico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (desde 1991); Conselheiro Vitalício do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB.

e-mail: romeudj@yahoo.com.br